



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO
PÁG. 04 DE 04

"JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS"

CONTRATO DE SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PROFISSIONAIS
NAIS - JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 77-927, portador do CIC nº 137.925.716-20, residente e domiciliado em Assis-SP, a rua Regente Feijó nº 330; e CARLOS ALBERTO MARIANO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 116.357, portador do CIC nº 050.268.316-00, residente e domiciliado em Assis-SP, a rua Padre Anchieta nº 497, constituem através do presente instrumento, uma SOCIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA, que regerá pelo disposto nos artigos 73 a 81 da Lei Federal nº 4.215, de 27 de abril de 1.964 e pelas cláusulas e condições seguintes:

DA RAZÃO SOCIAL CLÁUSULA I - A sociedade girará sob a razão social de JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS, e terá sede em Assis-SP, na Avenida Rui Barbosa nº 899, 2º andar, conjunto 08.

CLÁUSULA II - A sociedade poderá abrir e manter em todo o território nacional escritório de advocacia, sob a responsabilidade extensiva de qualquer dos sócios.

DO PRAZO DE DURAÇÃO CLÁUSULA III - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL CLÁUSULA IV - O capital, totalmente integralizado em dinheiro, é de NC\$4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), dividido em duas parcelas de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) cada uma, assim distribuídas entre os sócios: a) ao sócio João Carlos Gonçalves Filho, uma parcela no valor de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros); b) ao sócio Carlos Alberto Mariano, uma parcela no valor de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA V - Quando no exercício de atos de advocacia com o uso da razão social, todos os sócios respondem pessoal, solidária e ilimitadamente pelos danos que causarem aos clientes, por ação, omissão, ou prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil, em que porventura correr o responsável direto pelo ato.

DO OBJETIVO SOCIAL CLÁUSULA VI - A sociedade tem por objetivo disciplinar o exercício e os resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços advocatícios, tais serviços, porém, serão exercidos individualmente, em se tratando de atos privativos, ainda que revertam ao patrimônio social os respectivos honorários



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 CENTRO DE SÃO PAULO
 MOEDA Nº 10

*JOÃO CARLOS GONÇALVES - 1920 - ADMINISTRADOR

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL CLÁUSULA II - A gerência da sociedade será exercida pelo administrador, podendo cada qual usar isoladamente a razão social e firma social e assinatura, ativa e passivamente em Juízo ou fora. CLÁUSULA III - A sociedade poderá constituir mandatários para exercer quaisquer direções exclusivas da mesma. CLÁUSULA IV - Não expressamente vedado o uso da razão social para qualquer intervenção em objetivo social, bem como da prestação de serviços, fianças e obrigações de puro favor. CLÁUSULA V - Os sócios poderão retirar-se da sociedade "pro-labore", ao que corresponderá a quota de despesas gerais da sociedade. DA TRANSFERÊNCIA DAS PARCELAS DO CAPITAL CLÁUSULA VI - Qualquer sócio poderá vender ou transferir, total ou parcialmente, suas ações, a terceiros, sem obrigações, de igualdade de condições, qualquer sócio, que terá direito de preferência para a aquisição. CLÁUSULA VII - O direito de preferência para aquisição das ações, deverá ser manifestado dentro de 30 (trinta) dias da data em que o sócio vendedor efetuar a comunicação de sua intenção de vender. DA MORTE DOS SÓCIOS CLÁUSULA VIII - O falecimento de qualquer dos sócios extingue a sociedade, regulando-se a apuração dos haveres do mesmo e o seu pagamento pelo disposto na cláusula seguinte. DO PAGAMENTO DOS HAVERES CLÁUSULA IX - O sócio que se retirar da sociedade bem como os herdeiros do sócio falecido, receberão seus haveres apurados de acordo com balanço imediatamente levantado na data da retirada ou do óbito. O saldo a receber será pago em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, começando-se a primeira a 30 (trinta) dias do balanço, correndo juros sobre os rescaldos desde lá estipulados em 12% (doze por cento) ao ano. DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS CLÁUSULA X - Em 31 de dezembro de cada ano será levantado um balanço geral, e, após as deduções previstas em lei, os lucros líquidos e prejuízos serão divididos entre os sócios, na proporção de cotas que possuírem. O primeiro exercício social terminará em 31 de dezembro de 1953. DISPOSIÇÕES GERAIS CLÁUSULA XI

48



BRASIL
SE-CAO DE BSB
BRASIL

JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO -- ADVOGADO ASSOCIADO

Todas as deliberações serão tomadas pela vontade unanime dos socios. CLÁUSULA QUARTA - De todas as lideas serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor e, por se acharem justos e contrahidos fixaram lavrar o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais. Assin: 30 de abril de 1953. (ss.) JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO e CARLOS ALBERTO ARIANO Testemunhas: LUIZ Gonzaga de Oliveira e Heloisa dos Santos Grangela. Firmas reconhecidas no 1º Cartório e de Notas - ARRAIO DE NADA NATE - SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL EM SÃO PAULO, AOS NOVE DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS. ---
EU, Rosângela Pinheiro, Auxiliar Administrativo, levi o presente registro e assino ---
EU, Mauro Marcelo de Moraes, Chefe da Seção de Sociedades de Advogados, o conferi e assino ---
E EU, Rodolfo Alonzo Gonzalez, Conselheiro Segundo Secretário e Subscrito e das fô ---

ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL

JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS

Os abaixo assinados, **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Regente Feijó n.º 330, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, inscrito no CPF. n.º 137.925.718-20 e OAB/SP 77.927, **CARLOS ALBERTO MARIANO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, inscrito no CPF. n.º 050.268.318-00 e OAB/SP 116.357, sócios componentes da sociedade de advogados, sob a denominação de-----
-----**"JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS"**-----
-----estabelecida na cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Av. Rui Barbosa n.º 890, 2.º Andar, conjunto. 8, têm entre si ajustados, a alteração de uma sociedade de advogados, que se rege pelas disposições da Lei n.º 8.906 de 04 de Julho de 1994, bem como pelas cláusulas e condições do contrato social, arquivado na OAB/SP, às folhas 375/377 do Livro n.º 14, de Registro de Sociedade de Advogados, sob o n.º 2.381, em sessão de 09/06/93, resolvem por intermédio desta **ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**, tem finalidade de alterar a razão social, demitir e admitir sócios.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a nova razão social de **"CARLOS ALBERTO MARIANO - ADVOGADOS ASSOCIADOS"**.

CLÁUSULA SEGUNDA

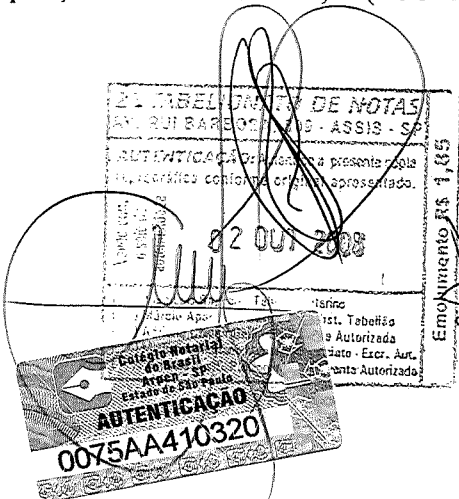
É demitido da sociedade o sócio **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO**, já qualificado.

CLÁUSULA TERCEIRA

É admitida na sociedade a sócia **RENATA DALBEN MARIANO**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, portadora do CPF n.º 138.117.728-05 e OAB/SP 131.385

CLÁUSULA SEGUNDA

O sócio **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO** possuidor de 2.000 (Duas mil) cotas do capital, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) inteiramente integralizadas, cede e transfere para



o sócio **CARLOS ALBERTO MARIANO**, já qualificado, 1.800 (Um mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) e também cede e transfere para a sócia **RENATA DALBEN MARIANO**, já qualificada, 200 (Duzentas) cotas do capital, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais) inteiramente integralizadas.

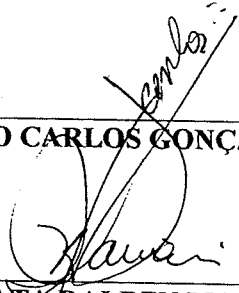
CLÁUSULA QUARTA

O capital social totalmente integralizado, é de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), dividido em 4.000 (Quatro mil) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00, assim distribuído entre os sócios:

NOME	COTAS	VALOR
CARLOS ALBERTO MARIANO	3.800	R\$ 3.800,00
RENATA DALBEN MARIANO	200	R\$ 200,00
TOTAL	4.000	R\$ 4.000,00

E por estarem justos e contratados e de pleno acordo, passam a assinar o presente instrumento de **ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL** na presença de duas testemunhas, em 04 (Quatro) vias de igual teor e conteúdo, sendo que a primeira delas destina-se ao arquivamento na OAB/SP e as demais aos arquivos da sociedade.

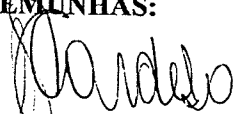
Assis-SP, 02 Janeiro de 1997.

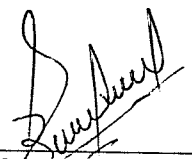

JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO

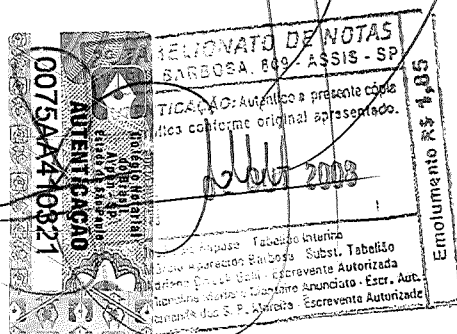

CARLOS ALBERTO MARIANO


RENATA DALBEN MARIANO

TESTEMUNHAS:


ALEXSANDER SOUZA CARDOSO
CPF: 117.309.978-64
RG : 18.912.334-SSP-SP
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874


SILVIO APARECIDO BENETATTI
CPF: 082.476.738-19
RG : 16.268.608-SSP-SP
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874



CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ASSIS-SP

Pelo presente instrumento particular, **CARLOS ALBERTO MARIANO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Assis-SP., à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, portador do CPF. n.º 050.268.318-00 e inscrito na OAB/SP sob. n.º 116.357 e **RENATA DALBEN MARIANO**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada em Assis-SP., à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, portadora do CPF. n.º 138.117.728-05 e inscrita na OAB/SP sob. n.º 131.385, parte entre si ajustadas, têm a constituição de uma Sociedade de Advogados que se regerá pelas disposições da Lei n.º 8.906, de 04 de Julho de 1994, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I DA RAZÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula 1ª - A Sociedade girará sob. a razão social de **CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**.

Parágrafo 1.º - A Sociedade tem sede o foro nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, à Av. Rui Barbosa n.º 890, 2.º andar, conjunto 8, CEP: 19800-000.

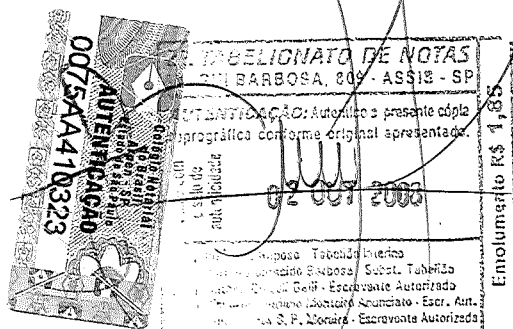
Parágrafo 2.º - Poderão ser abertos e fechados escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre sob a responsabilidade direta de um dos sócios, respeitada a obrigação de inscrição Suplementar do responsável e da própria Sociedade, bem como a devida comunicação à Seccional do registro original.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Cláusula 2.ª - A Sociedade tem por objetivo disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional, bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Aqueles serviços privativos da advocacia, conforme reservados no Estatuto dos Advogados, serão exercidos individualmente pelos sócios, ainda que revertam ao patrimônio social os respectivos honorários.

CAPÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3.ª - O capital social totalmente integralizado, é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), dividido em 4.000 (Quatro Mil) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00, assim distribuído entre os sócios.



ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL

JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS

Os abaixo assinados, **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Regente Feijó n.º 330, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, inscrito no CPF. n.º 137.925.718-20 e OAB/SP 77.927, **CARLOS ALBERTO MARIANO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, inscrito no CPF. n.º 050.268.318-00 e OAB/SP 116.357, sócios componentes da sociedade de advogados, sob a denominação de-----

-----**“JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO - ADVOGADOS ASSOCIADOS”**-----
-----estabelecida na cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Av. Rui Barbosa n.º 890, 2.º Andar, conjunto. 8, têm entre si ajustados, a alteração de uma sociedade de advogados, que se regerá pelas disposições da Lei n.º 8.906 de 04 de Julho de 1994, bem como pelas cláusulas e condições do contrato social, arquivado na OAB/SP, às folhas 375/377 do Livro n.º 14, de Registro de Sociedade de Advogados, sob o n.º 2.381, em sessão de 09/06/93, resolvem por intermédio desta **ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**, tem finalidade de alterar a razão social, demitir e admitir sócios.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a nova razão social de **“CARLOS ALBERTO MARIANO - ADVOGADOS ASSOCIADOS”**.

CLÁUSULA SEGUNDA

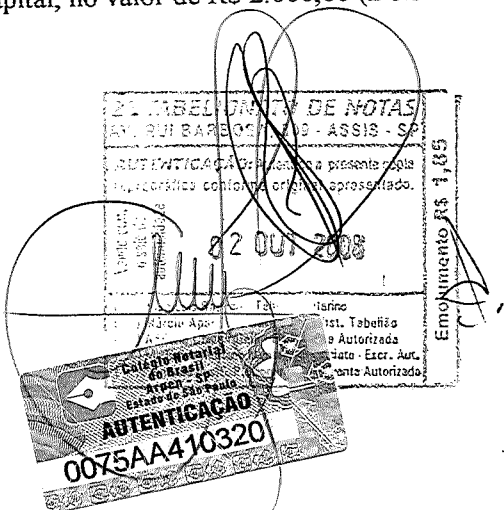
É demitido da sociedade o sócio **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO**, já qualificado.

CLÁUSULA TERCEIRA

É admitida na sociedade a sócia **RENATA DALBEN MARIANO**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, portadora do CPF n.º 138.117.728-05 e OAB/SP 131.385

CLÁUSULA SEGUNDA

O sócio **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO** possuidor de 2.000 (Duas mil) cotas do capital, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) inteiramente integralizadas, cede e transfere para



o sócio **CARLOS ALBERTO MARIANO**, já qualificado, 1.800 (Um mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) e também cede e transfere para a sócia **RENATA DALBEN MARIANO**, já qualificada, 200 (Duzentas) cotas do capital, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais) inteiramente integralizadas.

CLÁUSULA QUARTA

O capital social totalmente integralizado, é de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), dividido em 4.000 (Quatro mil) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00, assim distribuído entre os sócios:

NOME	COTAS	VALOR
CARLOS ALBERTO MARIANO	3.800	R\$ 3.800,00
RENATA DALBEN MARIANO	200	R\$ 200,00
TOTAL	4.000	R\$ 4.000,00

E por estarem justos e contratados e de pleno acordo, passam a assinar o presente instrumento de **ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL** na presença de duas testemunhas, em 04 (Quatro) vias de igual teor e conteúdo, sendo que a primeira delas destina-se ao arquivamento na OAB/SP e as demais aos arquivos da sociedade.

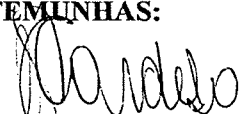
Assis-SP, 02 Janeiro de 1997.

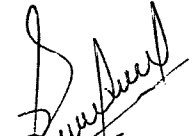

JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO


CARLOS ALBERTO MARIANO


RENATA DALBEN MARIANO

TESTEMUNHAS:


ALEXSANDER SOUZA CARDOSO
CPF: 117.309.978-64
RG : 18.912.334-SSP-SP
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874


SILVIO APARECIDO BENETATTI
CPF: 082.476.738-19
RG : 16.268.608-SSP-SP
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874



CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ASSIS-SP

Pelo presente instrumento particular, **CARLOS ALBERTO MARIANO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Assis-SP., à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, portador do CPF. n.º 050.268.318-00 e inscrito na OAB/SP sob. n.º 116.357 e **RENATA DALBEN MARIANO**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada em Assis-SP., à Rua Antonio Vieira Dias n.º 711, portadora do CPF. n.º 138.117.728-05 e inscrita na OAB/SP sob. n.º 131.385, parte entre si ajustadas, têm a constituição de uma Sociedade de Advogados que se regerá pelas disposições da Lei n.º 8.906, de 04 de Julho de 1994, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

**CAPÍTULO I
DA RAZÃO SOCIAL E SEDE**

Cláusula 1.ª - A Sociedade girará sob. a razão social de **CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**.

Parágrafo 1.º - A Sociedade tem sede o foro nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo, à Av. Rui Barbosa n.º 890, 2.º andar, conjunto 8, CEP: 19800-000.

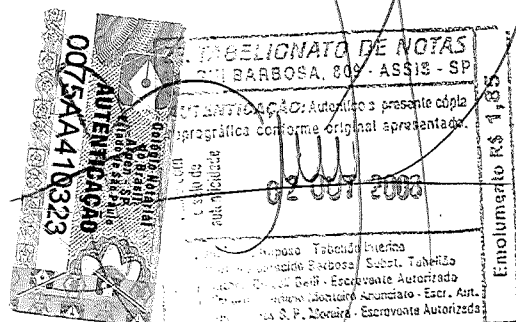
Parágrafo 2.º - Poderão ser abertos e fechados escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre sob a responsabilidade direta de um dos sócios, respeitada a obrigação de inscrição Suplementar do responsável e da própria Sociedade, bem como a devida comunicação à Seccional do registro original.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

Cláusula 2.ª - A Sociedade tem por objetivo disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional, bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Aquelles serviços privativos da advocacia, conforme reservados no Estatuto dos Advogados, serão exercidos individualmente pelos sócios, ainda que revertam ao patrimônio social os respectivos honorários.

**CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL**

Cláusula 3.ª - O capital social totalmente integralizado, é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), dividido em 4.000 (Quatro Mil) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00, assim distribuído entre os sócios.



- a) Ao sócio **CARLOS ALBERTO MARIANO**, cabem 3.800 cotas, perfazendo a quantia de R\$ 3.800,00 do capital social.
- b) À sócia **RENATA DALBEM MARIANO**, cabem 200 cotas, perfazendo a quantia de R\$ 200,00 do capital social.

CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 4.ª - Os sócios respondem solidariamente, pelas obrigações sociais perante terceiros em geral, se o capital social não cobrir tais obrigações.

Parágrafo 1.º - Quando no exercício de atos de advocacia com o uso da razão social, todos os sócios respondem pessoal, solidária e ilimitadamente pelos danos eventualmente causados à clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil, a que por ventura incorrer o responsável direto pelo ato.

Parágrafo 2.º - No que disser respeito à atos e omissões pessoalmente praticados, tanto no aspecto profissional quanto ao societário, que causaram prejuízos à Sociedade, inclusive por ressarcimentos a terceiros, o sócio faltoso deverá cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Cláusula 5.ª - A gerência e administração dos negócios sociais, cabem aos sócios **CARLOS ALBERTO MARIANO** e **RENATA DALBEM MARIANO**, que usarão o título de Sócios-Gerentes, praticando aos atos conforme estabelecido nos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1.º - Para seguintes atos, a Sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer Sócio-Gerente ou de Procurador constituído em nome da Sociedade.

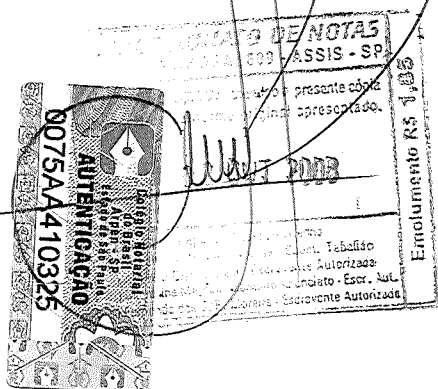
- a) Representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou foro dele, ativa e passivamente;
- b) Despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- c) Emitir faturas;
- d) Praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

Parágrafo 2.º - Para os seguintes atos, a Sociedade estará representada do Sócio-Gerente:

- a) Constituição de Procurador "ad negotia" com poderes determinados e tempo certo de mandato, podendo haver mais de um Procurador;
- b) Alienar, onerar, ceder e transferir bem imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

Parágrafo 3.º - Para todos os demais atos ordinários e extraordinários de administração societária, não elencados nos parágrafos 1.º e 2.º desta cláusula, a Sociedade estará representada pela assinatura de um Sócio-Gerente e um Procurador constituído em nome da Sociedade. Entre atos exemplificam-se os seguintes:

- a) Outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- b) Abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordem de pagamentos;



- c) Aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da Sociedade;
- d) Constituição de Procurador "ad judicial", podendo haver mais de um Procurador;
- e) Receber e dar quitação de créditos, dinheiro e valores.

Parágrafo 4.º - É absolutamente vedado, sendo nulo e imperante em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais.

Parágrafo 5.º - Aos sócios incumbidos da gerência serão atribuídos "pró-labore" mensais, fixados por comum acordo e levados à conta das despesas gerais.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS

Cláusula 6.ª - O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á imediatamente o balanço geral da Sociedade, apurando-se os resultados, que serão desde logo atribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma de legislação fiscal aplicável.

Parágrafo 1.º - O primeiro exercício social, findou em 31 de dezembro de 1998.

Parágrafo 2.º - Nenhuma destinação será dada aos resultados sociais até que os sócios a deliberem em reunião, lavrando-se a respectiva Ata.

CAPÍTULO VII DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO

Cláusula 7.ª - A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

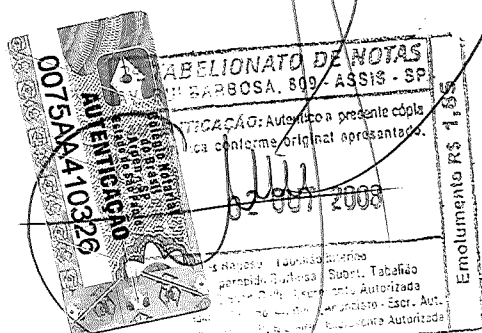
Cláusula 8.ª - A morte, incapacidade, insolvência, dissensão ou retirada de qualquer sócio implicarão em dissolução da Sociedade, assumindo o cargo de liquidante o sócio remanescente, que procederá aos trâmites da liquidação na forma da lei, salvo se a dissolução ocorrer por hipóteses de retirada, dissensão ou denúncia do Contrato Social, casos em que o liquidante será acolhido pela maioria do capital social.

Parágrafo único - Entrando a Sociedade em liquidação, os ativos ou passivos que por final se apurarem, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção em que titularém o capital social.

Cláusula 9.ª - A dissolução prevista na cláusula 8.ª não ocorrerá se o sócio remanescente, no prazo de até 90 (noventa) dias do fato ocorrido ou do recebimento da notificação expressa do outro sócio quanto a sua retirada ou dissensão, manifestar a sua intenção de dar continuidade à Sociedade com admissão de outro sócio que atenda aos requisitos legais e remanejamento das cotas sociais.

Parágrafo 1.º - Ocorrendo a hipótese de continuidade será levantado um balanço especial em prazo subsequente de (noventa) dias, para apurar o valor líquido do patrimônio social e das cotas. Feito isso, o valor das cotas do sócio falecido, incapacitado, insolvente ou retirante será pago ao próprio ou à seus herdeiros, conforme a hipótese, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas pelo mesmo índice aplicável à correção dos ativos sociais, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da assinatura da Alteração Contratual e as demais em igual data nos meses seguintes.

Parágrafo 2.º - Em caso de exclusão de sócio por quaisquer das hipóteses previstas em lei, inclusive por perda do registro de inscrição na OAB e deliberação da maioria absoluta do capital social, que concomitantemente delibere a continuidade da Sociedade, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo 1.º desta cláusula.



CAPÍTULO VIII DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Cláusula 10.ª - Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de cotas do capital.

Parágrafo 1.º - O sócio que desejar ceder ou transferir total ou parcialmente suas cotas, deverá notificar o sócio remanescente de sua intenção, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, que deverá atender a qualificação de advogado inscrito.

Parágrafo 2.º - Em prazo subsequente de 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, o sócio remanescente deverá manifestar expressamente se deseja exercer o seu direito de preferência e ou, se possui alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade.

Parágrafo 3.º - Incorrendo o exercício do direito de preferência por parte do sócio remanescente sobre a totalidade ou parte das cotas ofertadas e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as cotas sobre as quais não tenham recaído o direito de preferência ao terceiro interessado, nas mesmas condições em que as tenha ofertado ao sócio remanescente.

Parágrafo 4.º - Havendo desinteresse do sócio remanescente no exercício do direito de preferência, mas havendo restrições sua ao ingresso do eventual interessado, a Sociedade dissolver-se-á operando-se sua liquidação nos termos da Cláusula 8.ª acima.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 11.ª - As deliberações sociais serão adotadas por maioria absoluta de votos valendo cada cota um voto, inclusive para alterações de cláusulas contratuais, bastando tantas assinaturas quantas sejam necessárias para materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo único - Ao sócio dissidente de deliberação social cabe em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seus dissensão, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na cláusula 8.ª.

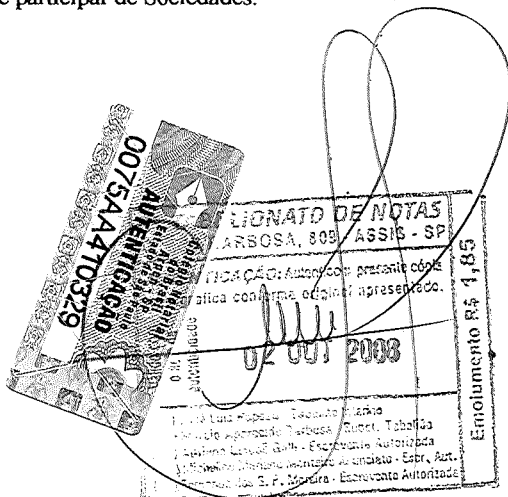
Cláusula 12.ª - A solução dos casos omissos será adotada consoante as disposições legais vigentes ao tempo e resolução da maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único - Em caso de divergência entre os sócios, os mesmos sujeitar-se-ão a solução por juízo arbitral, instaurado na Seccional da OAB onde a Sociedade for registrada.

Cláusula 13.ª - Os sócios que integram a Sociedade, poderão particularmente advogar e os honorários assim recebidos não reverterão a favor da mesma.

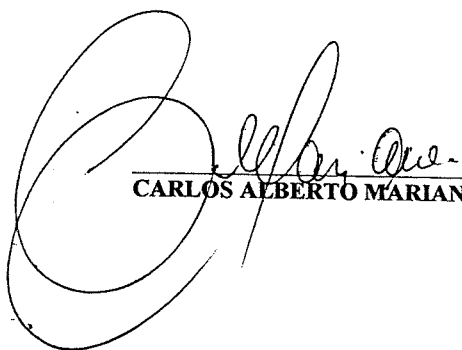
Cláusula 14.ª - Fica eleito como foro essencial e contratual o da comarca de Assis, com exclusão de qualquer outro.


Cláusula 15.ª - Os sócios declaram sob as penas da lei, que não exercem nenhum cargo ou ofício público que originem impedimento ou incompatibilidade face o Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados no âmbito desta Seccional e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de participar de Sociedades.



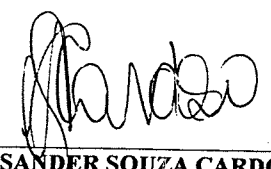
E por assim estarem justas e contratadas e mutuamente outorgando este contrato em todas as cláusulas e condições, assinam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e mesmos fins, com as duas testemunhas abaixo qualificadas, autorizados todos os usos e registros necessários.

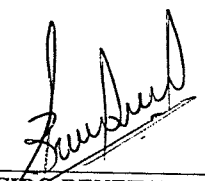
São Paulo, 02 de Janeiro de 1997.


CARLOS ALBERTO MARIANO


RENATA DALBEN MARIANO

TESTEMUNHAS:


ALEXSANDER SOUZA CARDOSO
RG : 18.912.334SSP-SP
CPF : 117.309.978-64
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874
ASSIS-SP CEP : 19800-000


SILVIO APARECIDO BENETATTI
RG: 16.268.608SSP-SP
CPF: 082.476.738-19
END: RUA ANDRÉ PERINE, 874
ASSIS-SP CEP: 198000-000



CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS

2º ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular:

CARLOS ALBERTO MARIANO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 13.787.542 SSP/SP e do CPF/MF sob o n.º 050.268.318-00, OAB/SP n.º 116.357, residente e domiciliado na Rua Raimundo Recco, n.º 60, Jardim Europa, CEP. 19.814-620, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo.

RENATA DALBEN MARIANO, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 21.734.491-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o n.º 138.117.728-05, OAB/SP 131.385, residente e domiciliada na Rua Raimundo Recco, n.º 60, Jardim Europa, CEP. 19.814-620, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Partes entre si ajustadas resolvem alterar a Sociedade de Advogados **CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrada na OAB/SP sob o n.º 2.381, no livro n.º 14 do registro de Sociedade de Advogados, as páginas 375/377, que é e continuará sendo regida pelas disposições da Lei n.º 8.906 de 04 de Julho de 1994, bem como pelas seguintes cláusulas e condições.

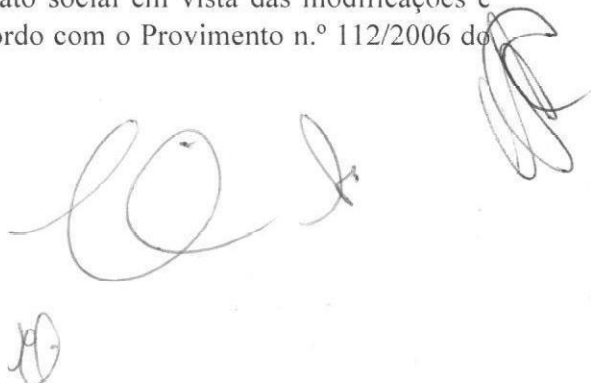
ITEM I **DA RAZÃO SOCIAL E SEDE**

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob a razão social de **CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**.

Parágrafo 1º - A sociedade que tinha sua sede na Avenida Rui Barbosa, n.º 890, 2º Andar, Conjunto 08, Centro, CEP 19814-000, na cidade de Assis, Estado de São Paulo passa a ser na **Avenida Armando Salles de Oliveira, n.º 40, 3º Andar, Sala 31, Centro, CEP 19.802-080, na cidade de Assis, Estado de São Paulo.**

ITEM II **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 2ª – É realizada a consolidação do contrato social em vista das modificações e adequações resultantes da legislação vigente, de acordo com o Provimento n.º 112/2006 do Conselho Federal da OAB.



CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular:

CARLOS ALBERTO MARIANO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.787.542 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 050.268.318-00, OAB/SP nº 116.357, residente e domiciliado na Rua Raimundo Recco, nº 60, Jardim Europa, CEP. 19.814-620, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo,

RENATA DALBEN MARIANO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 21.734.491-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 138.117.728-05, OAB/SP sob nº 131.385, residente e domiciliada na Rua Raimundo Recco, nº 60, Jardim Europa, CEP. 19.814-620, nesta cidade de Assis, Estado de São Paulo,

Partes entre si ajustadas têm a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas disposições da Lei nº 8.906 de 04 de Julho de 1994, bem como pelas seguintes cláusulas e condições.

CAPÍTULO I

DA RAZÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula 1º - A sociedade gira sob a razão social de **CARLOS ALBERTO MARIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**.


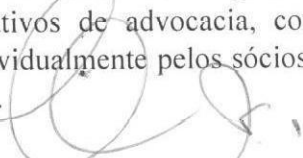

Parágrafo 1º - A sociedade tem sua sede na Avenida Armando Salles de Oliveira, nº 40, 3º Andar, Sala 31, Centro, CEP 19802-080, cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Parágrafo 2º - Poderão ser abertos e fechados escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre sob a responsabilidade direta de um dos sócios respeitada a obrigação de Inscrição Suplementar do responsável e da própria sociedade, bem como a devida comunicação à seccional do registro original.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Cláusula 2º - A sociedade terá por objetivo disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional, bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Aqueles serviços privativos de advocacia, conforme reservados no Estatuto dos Advogados serão exercidos individualmente pelos sócios, ainda que revertam ao patrimônio social os respectivos honorários.



CAPÍTULO III

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), divididos em 4.000 (Quatro Mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) assim distribuídos:

a) Ao sócio **CARLOS ALBERTO MARIANO**, cabem 3.800 cotas perfazendo a quantia de R\$ 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais) do capital social:

a) À sócia **RENATA DALBEN MARIANO**, cabem 200 cotas, perfazendo a quantia de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) do capital social.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 4ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao capital social.

Parágrafo 1º - No exercício da advocacia com o uso da razão social, os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados a clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do sujeito causador do dano.

Parágrafo 2º - Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à sociedade ou a terceiros, deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

CAPÍTULO V

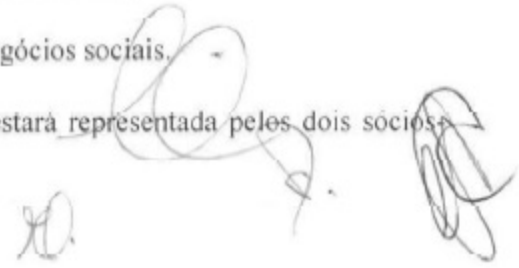
DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Cláusula 5ª - A administração dos negócios sociais, cabem aos sócios **CARLOS ALBERTO MARIANO** e **RENATA DALBEN MARIANO**, que usarão o título de sócios-administradores, praticando os atos conforme estabelecido nos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer dos sócios-administradores ou de procurador constituído em nome da sociedade:

- a) Representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) Despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- c) Emitir faturas;
- d) Praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

Parágrafo 2º - Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pelos dois sócios-administradores.



Cláusula 8ª - A morte, incapacidade, insolvência, dissensão ou retirada de qualquer sócio implicará na dissolução da sociedade, assumindo o cargo de liquidante o sócio remanescente, que procederá aos trâmites da liquidação na forma da lei, salvo se a dissolução ocorrer por hipóteses de retirada, dissensão ou denúncia do contrato social, casos em que o liquidante será acolhido pela maioria do capital social.

Parágrafo único: Entrando a Sociedade em liquidação, os ativos ou passivos que por final se apurarem, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção em que titularem o capital social.

Cláusula 9ª - A dissolução prevista na cláusula 8ª não ocorrerá se o sócio remanescente, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias do fato ocorrido ou do recebimento da notificação expressa do outro sócio quanto a sua retirada ou dissensão, manifestar a sua intenção de dar continuidade à sociedade com admissão de outro sócio que atenda aos requisitos legais e remanejamento das cotas sociais.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a hipótese de continuidade será levantado um balanço especial em prazo subsequente de 90 (noventa) dias, para apurar o valor líquido do patrimônio social e das cotas. Feito isso, o valor das cotas do sócio falecido, incapacitado, insolvente ou retirante será pago ao próprio ou à seus herdeiros, conforme a hipótese, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas pelo mesmo índice aplicável à correção dos ativos sociais, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da assinatura da alteração contratual e as demais em igual data nos meses seguintes.

Parágrafo 2º - Em caso de exclusão de sócio por quaisquer das hipóteses previstas em lei, inclusive a perda de inscrição na OAB e deliberação da maioria absoluta do capital social, que concomitantemente delibere a continuidade da sociedade, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo 1º desta cláusula.

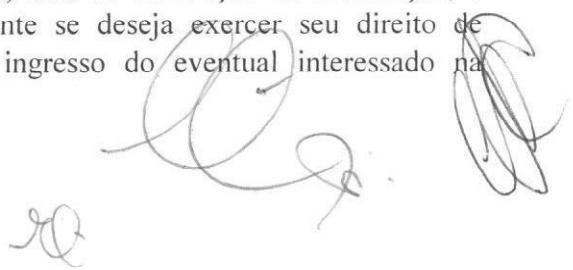
CAPÍTULO VIII

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Clausula 10ª - Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de cotas do capital.

Parágrafo 1º - O sócio que desejar ceder ou transferir total ou parcialmente suas cotas deverá notificar o sócio remanescente de sua intenção, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, que deverá atender a qualificação de advogado inscrito.

Parágrafo 2º - Em prazo subsequente de 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, o sócio remanescente deverá manifestar expressamente se deseja exercer seu direito de preferência e/ou, se possui alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na sociedade.



- a) Constituição de procurador "ad negotia" com poderes determinados e tempo certo de mandato, podendo haver mais de um procurador;
- b) Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamentos, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

Parágrafo 3º - Para todos os demais atos ordinários e extraordinários de administração societária, não elencados nos parágrafos 1º e 2º desta cláusula, a sociedade estará representada pela assinatura de quaisquer dois sócios-administradores, ou um sócio-administrador ou um procurador constituído em nome da sociedade. Entre tais atos, exemplificam-se os seguintes:

- a) Outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- b) Abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento;
- c) Aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da sociedade;
- d) Constituição de procurador "ad judicia", podendo haver mais de um procurador;
- e) Receber e dar quitação de créditos, dinheiro e valores.

Parágrafo 4º - É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação à sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos a favor, mesmo que a benefício dos próprios sócios.

Parágrafo 5º - Os sócios incumbidos da administração serão atribuídos "pró-labores" mensais, fixados por comum acordo e levados à conta das despesas gerais.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS

Cláusula 6ª - O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á imediatamente o balanço geral da sociedade, apurando-se os resultados, que serão desde logo atribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

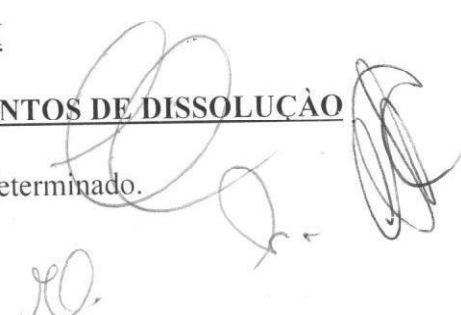
Parágrafo 1º - O primeiro exercício social findou em 31 de Dezembro de 1993.

Parágrafo 2º - Nenhuma destinação será dada aos resultados sociais até que os sócios a deliberem em reunião, lavrando-se a respectiva Ata.

CAPÍTULO VII

DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO

Cláusula 7ª - A duração da sociedade é por tempo indeterminado.



Parágrafo 3º - Inocorrendo o exercício do direito de preferência por parte do sócio remanescente sobre a totalidade ou parte das cotas ofertadas e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as cotas sobre as quais não tenham recaído o direito de preferência ao terceiro interessado, nas mesmas condições em que as tenha ofertado ao sócio remanescente.

Parágrafo 4º - Havendo desinteresse do sócio remanescente no exercício do direito de preferência, mas havendo restrições suas ao ingresso do eventual interessado, a sociedade dissolver-se-á operando-se sua liquidação nos termos da cláusula 8ª acima.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 11º - As deliberações sociais serão adotadas por maioria absoluta de votos valendo cada cota um voto, inclusive para alterações de cláusulas contratuais, bastando tantas assinaturas quantas sejam necessárias para materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo Único: O sócio dissidente de deliberação social cabe em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na cláusula 8ª.

Cláusula 12º - A solução dos casos omissos será adotada consoante as disposições legais vigentes ao tempo e resolução da maioria absoluta do capital social.

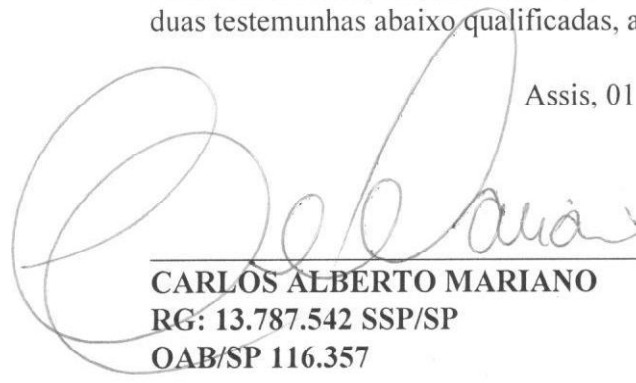
Cláusula 13º - Todos os honorários recebidos pelos advogados que integram a sociedade reverterão em benefício dos mesmos, compondo os resultados sociais.

Cláusula 14º - Fica eleito como foro contratual o da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

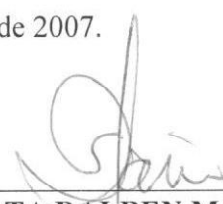
Cláusula 15º - Os sócios declaram sob as penas da lei, que não exercem nenhum cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade face o Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados no âmbito desta Seccional e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de participar de Sociedades.

E por estarem justos e contratados e mutuamente outorgando este contrato em todas as cláusulas e condições, assinam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e mesmos fins, com as duas testemunhas abaixo qualificadas, autorizados todos os usos e registros necessários.

Assis, 01 de Fevereiro de 2007.



CARLOS ALBERTO MARIANO
RG: 13.787.542 SSP/SP
OAB/SP 116.357



RENATA DALBEN MARIANO
RG: 21.734.491-4 SSP/SP
OAB/SP 131.385

O presente Instrumento de **ALTERAÇÃO
CONTRATUAL** confere com o original.
OAB/SP em 20/04/2007.



**GERENTE DO DEPARTAMENTO
DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS**

O presente instrumento de **ALTERAÇÃO CONTRATUAL**
foi **AVERBADO**, nesta data, às fls. **249/255** do
Livro nº **181-A** de Registro de Sociedades de Advogados.
**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE
SÃO PAULO EM 20 DE ABRIL DE 2007.**

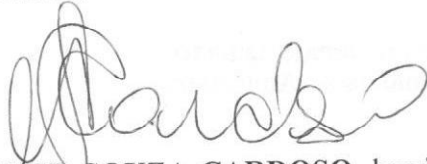


ARNOR GOMES DA SILVA JUNIOR
SECRETÁRIO-GERAL



JOSÉ LUIZ MARQUES BENTO
GERENTE DO DEPARTAMENTO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS

TESTEMUNHAS:



ALEXSANDER SOUZA CARDOSO, brasileiro, casado, contador, portador do CPF n.º 117.309.978-64 e RG n.º 18.912.334 SSP/SP, domiciliado na Rua André Perine, 874, Santa Cecília, Assis/SP, CEP 19806-271.



ELISÂNGELA SOARES, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora do CPF n.º 315.962.948-17 e RG n.º 34.170.465-9 SSP/SP, domiciliado na Rua Nivaldo Neres Gusmão, 325, Vila Prudenciana, Assis/SP, CEP 19803-160.

